



MIGRACIDADES

RELATÓRIO DE
DIAGNÓSTICO / 2021



BELO HORIZONTE • MG

Parceria





INFORMAÇÕES GERAIS

BELO HORIZONTE • MG

Região: Sudeste

População: 2.530.701

Registro de migrantes internacionais (SISMIGRA, junho/2021): 23.172

DADOS SOBRE O RELATÓRIO

Pessoas de referência durante o MigraCidades 2021:

Hugo Salomão França
Diretoria de Relações Internacionais

Thiago Alves da Silva Costa
Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania

Data de fornecimento das informações pelo governo local: 06/07/2021

DADOS DE CONTATO COM O GOVERNO LOCAL

Sector de referência para atendimento aos migrantes:

Serviço de Atenção ao Migrante

Telefone:

(31) 3277-1998

E-mail:

ggsmc@pbh.gov.br | suass@pbh.gov.br

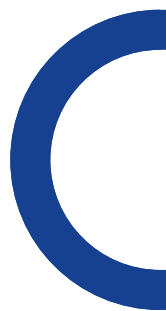
Endereço:

Rua Santos Dumont, 363,
Centro • Belo Horizonte • MG





SUMÁRIO



A Plataforma MigraCidades	4
O Relatório de Diagnóstico	7
Diagnóstico geral do governo local	8
Boas práticas	10
Estrutura institucional de governança e estratégia local	11
Capacitação de servidores públicos e sensibilização sobre direitos das pessoas migrantes	12
Participação social e cultural de migrantes	13
Transparência e acesso à informação para migrantes	14
Parcerias institucionais	15
Acesso à saúde	16
Acesso e integração à educação	18
Acesso à assistência e proteção social	20
Acesso ao mercado de trabalho	22
Acesso, acolhimento e serviços de proteção: gênero, LGBTQI+ e igualdade racial	24
Prioridades do governo local	27



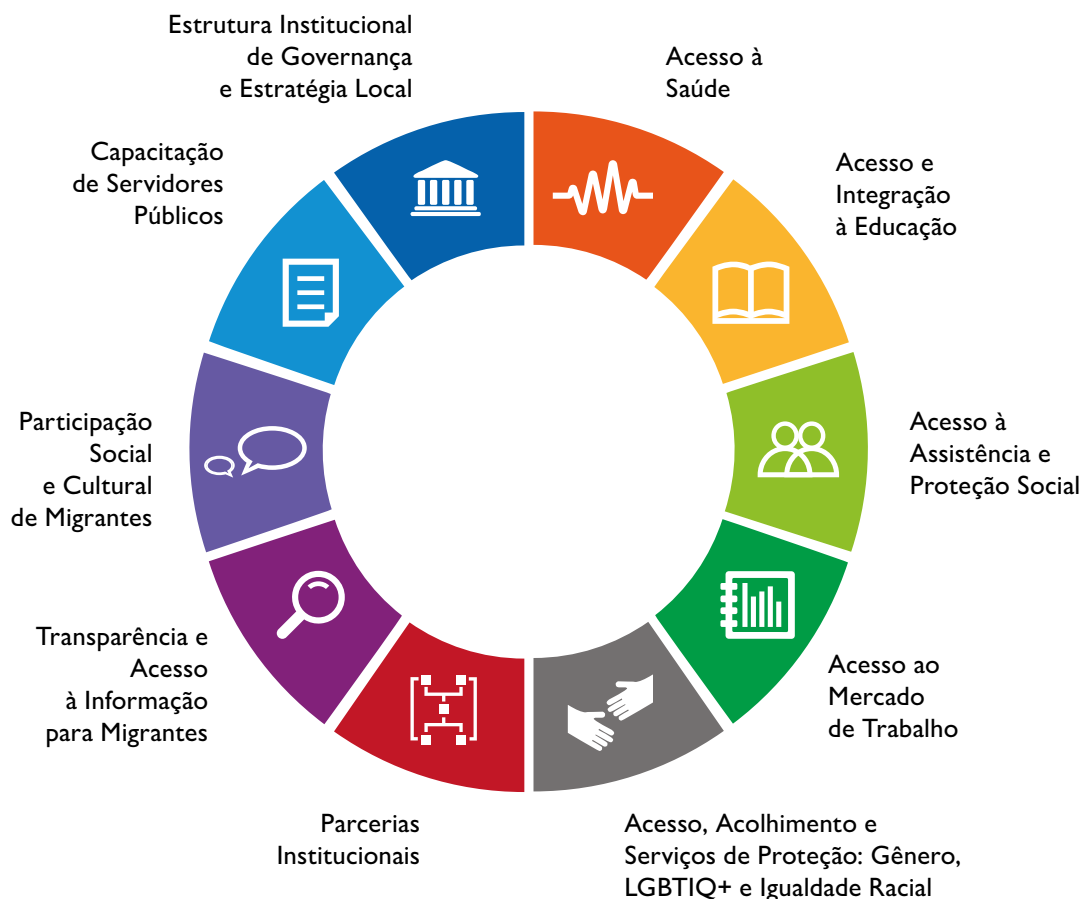


A PLATAFORMA MIGRACIDADES

A Plataforma “MigraCidades – Aprimorando a Governança Migratória Local no Brasil” é uma parceria entre a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que conta com apoio da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e financiamento do Fundo da OIM para o Desenvolvimento.

A plataforma visa a informar e fortalecer a

capacidade de governança local das migrações, a partir da verificação da presença de 10 dimensões de governança migratória. As dimensões estão divididas em dois grupos. O primeiro, dimensões de governança, se dedica a analisar o desenho institucional das políticas locais. O segundo, dimensões de acesso a direitos, avalia o acesso à saúde, à educação, ao mercado de trabalho, dentre outros aspectos relacionados à integração e ao bem-estar das pessoas migrantes internacionais.





A PLATAFORMA MIGRACIDADES

A OIM define migrante como uma pessoa que se move do seu local habitual de residência, seja dentro de um país ou através de fronteiras internacionais, de forma temporária ou permanente, por uma variedade de razões. Para os fins deste relatório, cujo enfoque são as migrações internacionais, o termo migrante será doravante utilizado para se referir a uma pessoa nacional de outro país ou apátrida que se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil (nos termos da definição de imigrante da Lei de Migração nº 13.445/2017).

Esse relatório apresenta um consolidado do diagnóstico situacional das 10 dimensões de governança migratória, a partir de informações fornecidas pelo próprio governo, de modo a auxiliar o poder público local no aferimento, planejamento e monitoramento de suas políticas públicas para migração, destravando o potencial benéfico que as migrações podem trazer para as pessoas migrantes e para as comunidades de acolhida.

A Plataforma MigraCidades faz parte dos esforços globais da OIM para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em conjunto com o sistema ONU e seus parceiros. São 17 Objetivos ambiciosos e interconectados que abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo. O MigraCidades contribui principalmente para a concretização da meta 10.7 dos ODS.



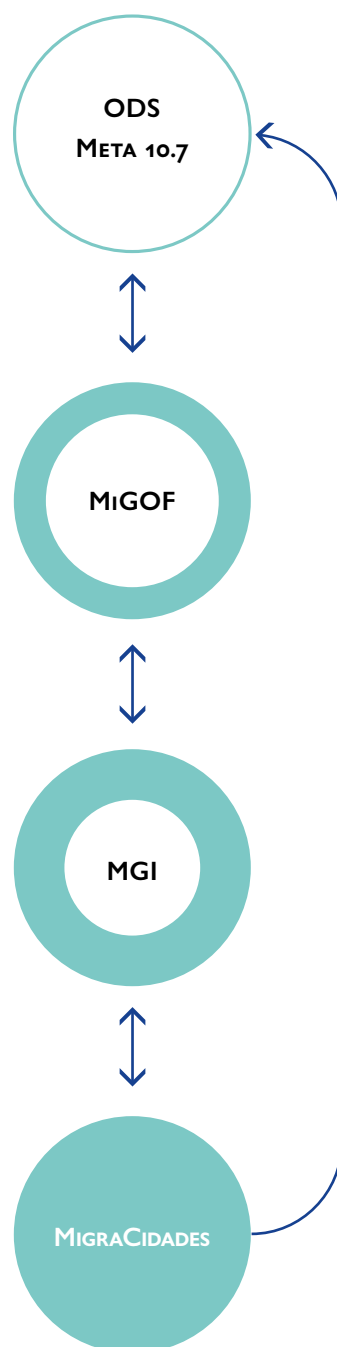
Meta 10.7 – Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas.



A PLATAFORMA MIGRACIDADES

Em uma tentativa de definir o conceito de “políticas de migração planejadas e bem geridas” conforme a Meta 10.7, a OIM desenvolveu o Marco de Governança da Migração (Migration Governance Framework – MiGOF), que estabelece os elementos essenciais da boa governança migratória. Com base no MiGOF, a OIM também desenvolveu os Indicadores da Governança Migratória (Migration Governance Indicators – MGI), um conjunto de 90 indicadores que ajudam os governos a apreciarem a abrangência de suas estruturas de governança de migração.

O MigraCidades parte da experiência da OIM com estas iniciativas, adaptando-as para criar um processo de certificação adequado para o contexto brasileiro que contribua para o mesmo objetivo em comum: facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas.





O RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO



O processo de certificação MigraCidades envolve cinco etapas: a inscrição, o diagnóstico, a priorização, a certificação e o monitoramento. Na etapa de inscrição, foi aberta uma chamada pública para municípios e estados brasileiros se candidatarem, apontando uma pessoa de referência local para acompanhamento do processo.

Após ser selecionado, o governo local foi convidado a preencher o Formulário de Diagnóstico, composto por uma série de perguntas sobre cada uma das 10 dimensões de governança migratória. Após o preenchimento do Formulário, deu-se início à etapa de priorização, na qual o governo local identifica quais as prioridades para o desenvolvimento de políticas migratórias no próximo período. Nesses dois momentos, a pessoa de referência local foi responsável por articular o diálogo com as diferentes áreas do governo local que executam atividades relacionadas à migração, com o objetivo de coletar respostas para o formulário e insumos para a priorização.

Este relatório consolida as respostas do governo local nas etapas de Diagnóstico e Priorização, incluindo revisões e recomendações realizadas pela equipe do MigraCidades. Exceto quando citada a fonte, todas as informações contidas neste relatório foram fornecidas pelos próprios governos locais, através de suas pessoas de referência apontadas no início do processo. A realização do relatório é uma exigência para obtenção da certificação, e servirá de base para a etapa de monitoramento.



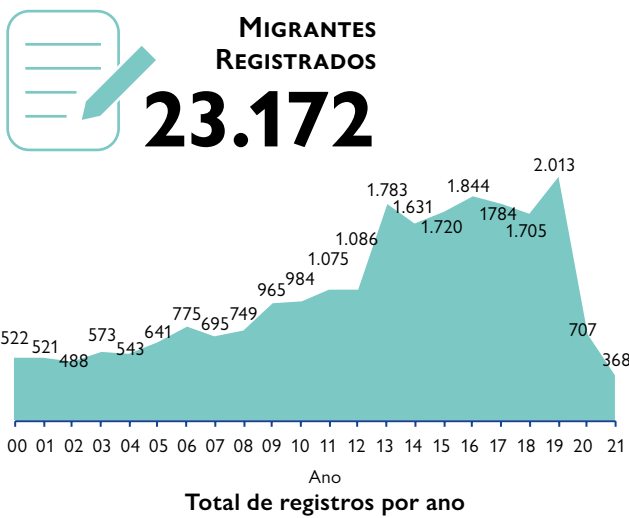
DIAGNÓSTICO GERAL DO GOVERNO LOCAL



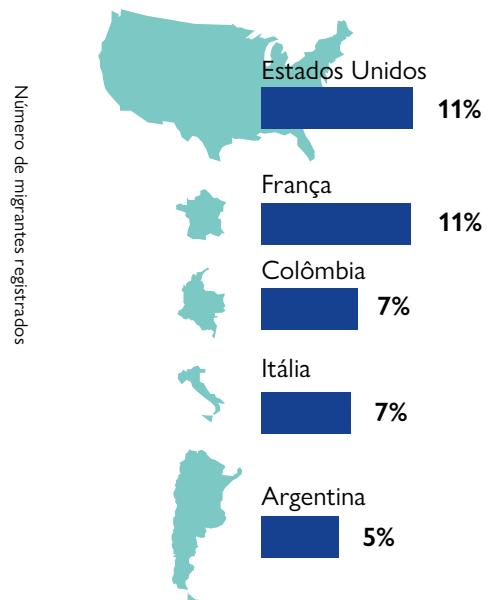
Belo Horizonte é a capital do estado de Minas Gerais, na região sudeste do Brasil. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021), o município tem uma população estimada de 2.530.701 pessoas. De janeiro de 2000 a junho de 2021, 23.172 migrantes obtiveram o Registro Nacional Migratório como habitantes do município, de acordo com dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra) fornecidos pela Polícia Federal.

NÚMEROS DE MIGRANTES REGISTRADOS (jan/00 – jun/21)

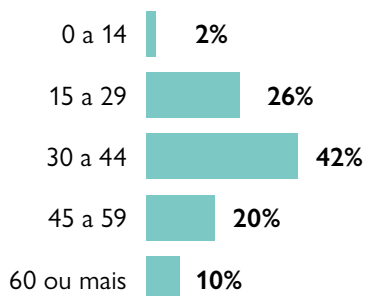
Fonte: Dados fornecidos pela Polícia Federal em agosto de 2021



Principais nacionalidades



Total de registros por idade



% por sexo





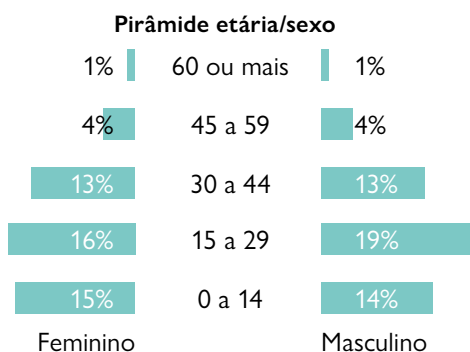
DIAGNÓSTICO GERAL DO GOVERNO LOCAL



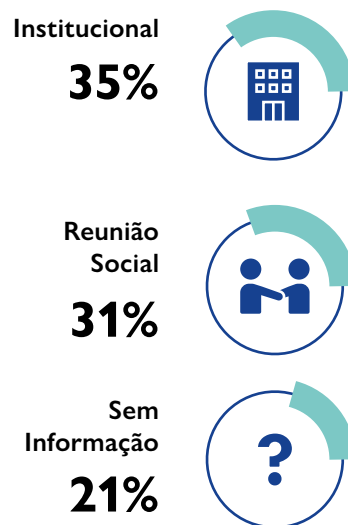
Entre abril de 2018 e agosto de 2021, o município de Belo Horizonte recebeu cerca de 1.047 pessoas venezuelanas por meio da estratégia de interiorização do Governo Federal. Para saber mais sobre como funciona a estratégia e quais são seus objetivos, atores e diferentes modalidades, acesse a [cartilha de interiorização aqui](#).

NÚMEROS DA INTERIORIZAÇÃO (abr/18 – ago/21)

Fonte: [Painel da Estratégia de Interiorização](#), acessado em set/21.



Modalidades da interiorização



Em relação às ações realizadas em 2020, o município de Belo Horizonte indicou realizar pelo menos uma ação nas dimensões de Governança que se refere à: Estrutura institucional de governança; Capacitação de servidores públicos; Participação social e cultural de migrantes; Transparência e acesso à informação para migrantes e Parcerias institucionais. Indicou também realizar pelo menos uma ação nas dimensões de Acesso a Direitos, que se refere ao: Acesso à saúde; Acesso e integração à educação; Acesso à assistência e proteção social; Acesso ao mercado de trabalho; e Acesso, acolhimento e serviços de proteção: gênero, LGBTIQ+ e igualdade racial.



BOAS PRÁTICAS



Destacam-se como práticas positivas do governo local:



Na dimensão de **Acesso à assistência social e proteção social**, no âmbito da segurança alimentar, a oferta de cestas básicas por meio do Programa de Assistência Alimentar e Nutricional Emergencial (PAAN), instituído pela Lei Municipal 11.193/2019, e o acesso aos restaurantes populares por pessoas migrantes.



Também nesta dimensão, destaca-se o esforço de coleta de dados para identificar o número de migrantes registrados no Cadastro Único (CadÚnico) de acordo com a nacionalidade. Com base na coleta de dados, o município identificou que, entre janeiro de 2019 e maio de 2020, 102 pessoas migrantes foram registradas nos serviços de atenção e 57 acessaram serviços de acolhimento.



Na dimensão de **Acesso à educação**, a existência do Centro de Línguas, Linguagens, Inovação e Criatividades, que oferta, além de diferentes idiomas, curso de português como língua de acolhimento.



Na dimensão de **Acesso, acolhimento e serviços de proteção: gênero, LGBTQ+ e igualdade racial**, o Plano Municipal de Promoção de Igualdade Racial, instituído por meio da Resolução COMPIR 01/2019, de 10 de dezembro de 2019, que, dentre as suas ações prevê a criação da “Rede Migrantes” e construção de um plano de trabalho de enfrentamento à xenofobia e ao racismo.





ESTRUTURA INSTITUCIONAL DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA LOCAL

Esta dimensão busca compreender se o governo possui estratégia local ou setores ou referências locais dedicadas à formulação, ao acompanhamento e à implementação de políticas públicas e serviços voltados à migração.

Na dimensão da estrutura institucional de governança, o governo local indicou que o Serviço de Atenção ao Migrante da Subsecretaria de Assistência Social é o setor dedicado à formulação e ao acompanhamento de políticas públicas sobre migração. Esse setor conta com uma equipe técnica que promove uma atenção especializada, com orientações e encaminhamentos de migrantes para a rede socioassistencial. No entanto, o governo local indicou ainda não possuir rede ou mecanismo de coordenação de ações e políticas entre diferentes setores ou fluxo para encaminhamento e acesso de pessoas migrantes aos serviços de referência. Informou que o fluxo de atendimento de pessoas migrantes em situação de vulnerabilidade é realizado e acompanhado pela Subsecretaria de Assistência Social, e que às pessoas migrantes é garantido o acesso às políticas universais, como saúde, educação e assistência social.

De acordo com o governo local, há na gestão uma estratégia local de acolhimento e integração de pessoas migrantes,

incluindo pessoas migrantes em situação de crise, descrita em plano, política ou outro documento público. Essa estratégia prevê o monitoramento, planejamento e aporte orçamentário voltado aos custos relacionados à integração de pessoas migrantes. É recomendado, no entanto, que essa estratégia local seja construída em articulação com diferentes setores da gestão pública e com participação social, e que esteja alinhada com o planejamento plurianual do governo local. Além disso, é importante que a estratégia local de migração esteja alinhada também com a Lei Nacional de Migração (Lei 13.445/2017) e com as agendas globais de desenvolvimento, como, por exemplo, a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

O município de Belo Horizonte indicou ainda, que há esforços para aprimorar a coordenação com outros entes federativos em temas relacionados à migração, como grupos de trabalho com diferentes níveis de governança, consórcios intermunicipais, convênios, mecanismos fundo-a-fundo, ou acordos.

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.



CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS E SENSIBILIZAÇÃO SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS MIGRANTES



Esta dimensão busca compreender se o governo local oferta capacitações regulares para servidores públicos da gestão e dos serviços sobre a temática migratória, incluindo questões de sensibilidade cultural, gênero e direitos humanos.

O governo local informou que realizou capacitações relacionadas à temática migratória com os servidores da gestão e da atenção/assistência, no último ano. Nesse sentido, destacou capacitações voltadas para o atendimento a refugiados e migrantes promovidas em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o Ministério da Cidadania (MCid). O município indicou que participaram dessas atividades cerca de 200 servidores da gestão.

De acordo com o governo local, as capacitações abordaram discussões sobre diversidade cultural, direitos humanos e combate à discriminação, ao racismo e à xenofobia. A partir dessas capacitações, o governo local tem conseguido monitorar novas demandas de formações junto aos servidores, e está articulando esforços para realizar capacitações com abordagem de gênero e sobre atendimento a crianças migrantes.

Para conhecer os cursos disponíveis na plataforma da ENAP em parceria com a OIM, acesse o [link](#).

Para conhecer as publicações da OIM, acesse o [link](#).

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.





PARTICIPAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DE MIGRANTES



Esta dimensão busca compreender se há incentivos para participação social e cultural de migrantes junto à comunidade de acolhida.

Na dimensão de participação social e cultural de migrantes, o governo local indicou que há representação de migrantes nos conselhos e órgãos participativos locais. Informou também que devido à pandemia de COVID-19 não foram realizadas festas, feiras ou outros eventos.

Para aprimorar esta dimensão, foram identificadas algumas ações com potencial de desenvolvimento futuro. O governo local pode adotar medidas para informar e empoderar pessoas migrantes sobre seus di-

reitos de participação social e para apoiar a constituição de associações ou coletivos de migrantes. Pode, ainda, realizar consultas públicas junto às pessoas migrantes para conhecer as demandas delas, bem como criar vagas específicas ou adotar medidas para fomentar a igualdade de gênero na participação social de migrantes.

Em relação à participação cultural, o governo local pode fornecer algum tipo de apoio financeiro para realização de festas, feiras e outros eventos culturais das comunidades migrantes. Também pode oferecer apoio na forma de infraestrutura e divulgação a festas e feiras realizadas por migrantes.

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.





TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO PARA MIGRANTES



Esta dimensão busca compreender se o governo local disponibiliza, de forma presencial ou virtual, informações compreensíveis e transparentes sobre direitos e obrigações das pessoas migrantes e sobre acesso a serviços públicos. Também considera se isso é feito em outros idiomas além do português.

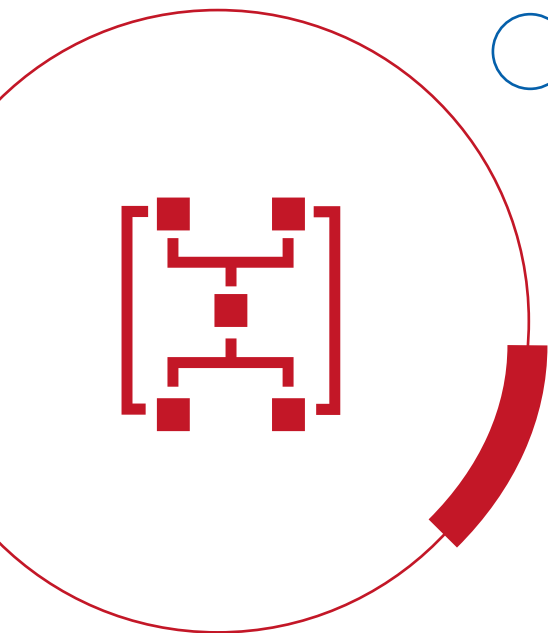
O governo local indicou que disponibiliza informações compreensíveis sobre acesso a serviços públicos para migrantes em locais de atendimento presencial e no *website* do governo, de forma gratuita. Essas informações, no entanto, ainda não são disponibilizadas nos idiomas falados pelas pessoas migrantes, sendo esse um aprimoramento possível. Para viabilizar essas traduções, uma possibilidade é estabelecer parcerias

com universidades e associações de migrantes, por exemplo. É possível também disponibilizar essas informações em formatos acessíveis, como áudio e vídeo.

O governo local pode também disponibilizar informações sobre direitos e deveres das pessoas migrantes. Além disso, é possível disponibilizar na íntegra, com os devidos créditos, materiais produzidos por organismos internacionais e outras instituições. As publicações da OIM, disponíveis [neste link](#) são exemplos de materiais que podem ser divulgados pela gestão como forma de ampliar o conhecimento das pessoas migrantes e da comunidade de acolhida.

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.





PARCERIAS INSTITUCIONAIS



Esta dimensão busca compreender se o governo local possui parcerias com instituições-chave para tratar da agenda de migrações e questões relacionadas (Ex.: grupos de trabalho ou convênio para execução de serviços).

Nesta dimensão, o governo local indicou que existe parceria entre o governo local e organizações da sociedade civil (OSCs). Nesse sentido, destaca-se a parceria entre a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC) e o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) para apoiar no recebimento e acolhimento de indígenas refugiados e migrantes Warao. Indicou também haver parceria entre o governo

local e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). No âmbito de parcerias entre o governo local e organismos internacionais, o governo local indicou haver parceria com o ACNUR e com a OIM, com o objetivo de qualificar os servidores públicos para realizarem atendimento qualificado nos espaços de atenção a pessoas migrantes.

Outras possibilidades de parcerias que podem ser implementadas pelo governo local, para aprimorar ainda mais essa dimensão, são o estabelecimento de parcerias com associações de migrantes, com o setor privado e com outros entes federativos.

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.





ACESSO À SAÚDE



Esta dimensão busca compreender se o governo local adota medidas para facilitar o acesso de migrantes a serviços públicos de saúde, em especial os de atenção primária em saúde.

De acordo com o governo local, as pessoas migrantes têm acesso a serviços de atenção primária em saúde e a encaminhamento para serviços de atenção ambulatorial e hospitalar, de forma desburocratizada, com facilitação no cadastro para o cartão SUS. O governo local indicou também que os serviços de atenção primária em saúde estão regionalizados de forma a terem equipes atuantes em todos os locais onde residem migrantes. No âmbito da pandemia de COVID-19, o município informou que foram criadas ações específicas de enfrentamento à pandemia tendo como público-alvo as pessoas migrantes, como, por exemplo, o oferecimento de testagem para indígenas venezuelanos. Além disso, foram realizadas orientações específicas quanto às medidas sanitárias, monitoramento de casos e disponibilização de vacinação para esse público.

O município de Belo Horizonte informou que, apesar de não existirem orientações, fluxos ou protocolos estabelecidos na rede de saúde para facilitação e qualificação do acesso, acolhimento, e aten-

dimento para migrantes, está realizando um processo de diagnóstico de rastreabilidade e identificação da população migrante em todos os centros de saúde, para, a partir disso, desenvolver fluxos específicos de atendimento.

O governo local indicou que, por meio da Lei Municipal nº 11.193/2019, que institui o Programa de Assistência Alimentar e Nutricional Emergencial (PAAN), as pessoas migrantes têm acesso à oferta de cestas básicas de forma gratuita e aos Restaurantes Populares do município.

Em relação à capacitação, o governo local informou que os profissionais de saúde são capacitados para identificar casos suspeitos de tráfico de pessoas e casos de violência doméstica, de gênero ou racial/étnica. Para aprimorar essa dimensão e qualificar o atendimento de migrantes nos serviços de saúde, o governo local pode ofertar capacitações também sobre: como acolher migrantes considerando a dimensão da diversidade cultural, incluindo aquelas relacionadas a questões de gênero e de raça; e como realizar comunicação com migrantes em diferentes idiomas.

Em relação às campanhas e ações informativas, o governo local indicou ter realizado, no último ano, ações sobre: o direito à saúde de pessoas migrantes; serviços locais de saúde e funcionamento do SUS; prevenção de doenças e promoção





ACESSO À SAÚDE



de cuidados em saúde; e prevenção da COVID-19 e orientações sobre a pandemia. Informou, ainda, que as campanhas e ações informativas foram disponibilizadas em idiomas falados pelas pessoas migrantes. O município conta com o apoio de OSCs, como o serviço Jesuítas para Migrantes e Refugiados, que oferta tradutores em alguns casos específicos: venezuelanos, haitianos e indígenas Warao. Alguns profissionais da saúde são bilíngues, facilitando a comunicação com as pessoas migrantes. Para aprimorar essa dimensão, é recomendado que essas ações busquem promover a diversidade, fortalecer a sensibilidade cultural e coibir qualquer forma de discriminação.


Em relação à produção de dados, o município de Belo Horizonte indicou que a coleta de dados se encontra em fase de aperfeiçoamento, para que os dados possam ser desagregados por gênero, sexo, idade, raça/etnia e nacionalidade da pessoa migrante. Ainda, há a coleta de dados de naturalidade e dos documentos emitidos pela Polícia Federal, facilitando assim

a sua identificação. A coleta de dados é uma importante ferramenta que pode ser utilizada para identificar se há demanda reprimida de acesso à saúde de migrantes, bem como para propor fluxos, programas e políticas locais de acesso à saúde por migrantes.

O governo local indicou que os centros de saúde possuem espaços para ouvidoria que são capacitados para acolher as demandas das pessoas migrantes e registrar denúncias de práticas de discriminação e xenofobia nos serviços de saúde. É recomendado que o governo local estabeleça um setor ou referência dedicado à promoção do acesso à saúde pelas pessoas migrantes. Esse setor pode trabalhar em conjunto com outros setores e coordenar demandas e ações com outras secretarias, bem como pode trabalhar em conjunto com associações ou grupos de migrantes.

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [nesse documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.





ACESSO E INTEGRAÇÃO À EDUCAÇÃO



Esta dimensão busca compreender se o governo local adota medidas para facilitar o acesso e a integração de migrantes à educação.

O município de Belo Horizonte informou que as pessoas migrantes têm acesso a vagas na educação infantil e no ensino fundamental e médio, e que esse acesso é feito de forma desburocratizada, por meio de facilitação no cadastro no sistema de matrículas. O governo local indicou que, devido à pandemia de COVID-19, não foi possível ofertar atividades extracurriculares e cursos de idiomas para migrantes no último ano. No entanto, informou que possui um Centro de Línguas, Linguagens, Inovação e Criatividades (CLIC), espaço voltado para o desenvolvimento e oferta de diferentes atividades extracurriculares, dentre elas o Programa Falando com o Mundo.

O Clic articula-se como fazer pedagógico, que tem foco na inovação e na criatividade e oferece uma série de atividades extracurriculares que acontecem em ambientes preparados com recursos visuais, sensoriais e lúdicos, no intuito de estimular o aprendizado. Suas diretrizes são multidisciplinares e abrangem algumas ODS, como a 4, 8, 9, 11 e 17. O Núcleo de Línguas do Clic oferece os seguintes cursos de idiomas: Inglês, Espanhol, Francês, Alemão, Italiano, Mandarim,

Libras, e Português como Língua de Acolhimento. O núcleo de línguas conta com parcerias importantes, como a Diretoria de Relações Internacionais, o Instituto Confúcio e o Projeto de formação linguística para fins acadêmico-profissionais e de internacionalização da Universidade Federal de Minas Gerais.

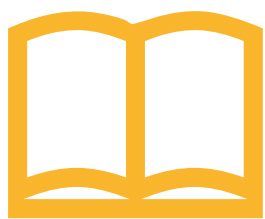
Ações com potencial de desenvolvimento para facilitar a integração de migrantes no sistema educacional são o estabelecimento de orientações, fluxos ou protocolos na rede de ensino, e a oferta de vagas específicas no ensino técnico profissionalizante e superior.

No âmbito das capacitações, o governo local indicou que os profissionais da área da educação são capacitados para compreender diferenças culturais que podem estar relacionadas a questões de gênero e raça/etnia. Ações com potencial de desenvolvimento são a oferta de capacitações para que os profissionais da área da educação possam: acolher migrantes considerando a dimensão da diversidade cultural; realizar comunicação com migrantes em diferentes idiomas; e identificar casos de violência doméstica, de gênero ou racial/étnica.

O governo pode, ainda, realizar campanhas e ações informativas sobre o direito das pessoas migrantes à educação, sobre ofertas de cursos e também sobre o funcionamento do sistema de educação bra-



ACESSO E INTEGRAÇÃO À EDUCAÇÃO



— sileiro e sobre realização de matrículas. É recomendado que os materiais informativos sejam disponibilizados também nos idiomas falados pelas pessoas migrantes estabelecidas no município. As capacitações, campanhas ou distribuição de materiais informativos devem celebrar a diversidade, fortalecer a sensibilidade cultural e coibir qualquer forma de discriminação.

Em relação à produção de dados, o governo local indicou que são coletados dados sobre o perfil de acesso e demandas de educação de migrantes, e que esses dados são passíveis de desagregação por país de origem da pessoa migrante; idade e raça/etnia. Informou também que esses dados permitem enxergar se há demanda reprimida de acesso à educação pelas pessoas migrantes, e com isso são utilizados para propor fluxos, programas e políticas de

acesso e integração de pessoas migrantes no sistema de educação local.

No município de Belo Horizonte, a Diretoria de Relações Internacionais e o Núcleo de Línguas da Secretaria Municipal de Educação são os setores dedicados ao acesso e à integração de migrantes no sistema educacional. Esses setores são capacitados para acolher as demandas das pessoas migrantes e registrar práticas de discriminação e xenofobia nos estabelecimentos de ensino. E trabalham em conjunto com outros setores da gestão, alinhando demandas e ações entre secretarias e órgãos, e também com associações de migrantes.

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.





ACESSO À ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO SOCIAL



Esta dimensão busca compreender se o governo local adota medidas para facilitar o acesso de migrantes a serviços públicos de assistência e proteção social, tais como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como seus programas e benefícios.

O governo local indicou que as pessoas migrantes têm acesso ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), por meio de serviços como o CRAS e o CREAS, a cadastro para benefícios sociais, e a iniciativas de apoio à moradia. Esse acesso, de acordo com o governo local, é feito de forma desburocratizada, por meio de facilitação no cadastro no Cadastro Único (CADÚnico), por exemplo. O município de Belo Horizonte indicou que adota medidas específicas para a proteção social e garantia dos direitos de crianças migrantes. Também informou que, no contexto da pandemia de COVID-19, buscou facilitar o acesso às medidas de auxílio emergencial para as pessoas migrantes, por meio da disseminação de informações e apoio no cadastramento.

Por meio da Lei Municipal nº 11.193/2019, que institui o Programa de Assistência Alimentar e Nutricional Emergencial (PAAN),

as pessoas migrantes têm acesso à oferta de cestas básicas e aos Restaurantes Populares do município.

As demandas de atendimento especializado apresentadas por migrantes são acompanhadas e assessoradas pela Secretaria de Assistência Social, e para isso conta com fluxos, protocolos e orientações estabelecidos na rede de assistência social, visando facilitar e qualificar o acesso e acolhimento de migrantes nesses serviços.

Em relação à capacitação dos profissionais dos serviços de assistência e proteção social, o governo local indicou que foram ofertadas capacitações sobre acolhimento de migrantes junto aos profissionais, e que esses profissionais são capacitados para acolher migrantes nos serviços da área considerando a dimensão da diversidade cultural, assim como para identificar casos de violência doméstica, de gênero ou racial/étnica. Nesse sentido, destacou que as temáticas relativas à violência doméstica, de gênero ou de raça/etnia fazem parte da capacitação permanente ofertada aos servidores da assistência social.

É recomendado que, futuramente, os servidores da área sejam capacitados também para realizar comunicação com migrantes em diferentes idiomas nos serviços de assistência e proteção social; para compreender diferenças culturais que podem estar relacionadas a questões





ACESSO À ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO SOCIAL



— de gênero e raça/etnia; e para identificar casos suspeitos de tráfico de pessoas.

No âmbito das campanhas e ações informativas voltadas à população, o governo local indicou que foram realizadas, no último ano, ações sobre benefícios e serviços ofertados no âmbito local e funcionamento do SUAS. Essas campanhas buscaram, de acordo com o governo local, celebrar a diversidade, fortalecer a sensibilidade cultural e coibir qualquer forma de discriminação. É importante, no entanto, que essas ações sejam também disponibilizadas nos idiomas falados pelas pessoas migrantes. A tradução desses materiais pode ser viabilizada por meio de parceria com universidades ou grupos e associações de migrantes, por exemplo.

Em relação à produção de dados, o governo indicou que são coletados dados sobre o perfil de acesso à assistência e à proteção social de migrantes, e que esses dados são passíveis de desagregação por país de origem da pessoa migrante, gênero, idade e raça/etnia. O município indicou que esses dados permitem enxergar se há demanda reprimida de acesso à assistência e à proteção social de migrantes, e com isso são utilizados para propor mudanças nos fluxos, programas e políticas locais de acesso à assistência e à proteção social de migrantes. O governo local informou que os migrantes atendidos pelos serviços de assistência social são registrados no Ca-

dastró Único da Assistência Social. Entre janeiro de 2019 e maio de 2020, 102 pessoas migrantes foram registradas nos serviços de atenção, sendo: 5 do Peru, 27 da Venezuela, 8 do Uruguai, 17 da Colômbia, 22 da Argentina, 2 do Equador, 8 do Haiti, 4 do Chile, 1 da Síria, 1 da Tunísia, 1 da Alemanha, 1 da Turquia, 2 da Bolívia, 1 da Itália, 1 da República Dominicana, 1 do Paraguai. Além disso, no mesmo período, 57 migrantes acessaram os serviços de acolhimento, dentre os quais, 17 indígenas migrantes e refugiados Warao.

O governo de Belo Horizonte indicou que o “Serviço de Atenção ao Migrante”, gerido pela “Gerência de Gestão dos Serviços de Média Complexidade do SUAS (GSMCS)” é o setor dedicado ao acesso à assistência e à proteção social pelas pessoas migrantes. Esse setor é capacitado para acolher as demandas das pessoas migrantes e registrar práticas de discriminação e xenofobia nos serviços de assistência e proteção social. É recomendado, no entanto, que esse setor trabalhe também em conjunto com outros setores, a fim de coordenar demandas e ações com outras secretarias, bem como com associações ou coletivos de migrantes para entender e verificar suas demandas.

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.



ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO



Esta dimensão busca compreender se o governo local adota medidas para facilitar o acesso de migrantes ao mercado de trabalho (setor público, setor privado ou empreendedorismo).

Nesta dimensão o governo local indicou que as pessoas migrantes têm acesso a: aconselhamento e orientação profissional; uma central de vagas de emprego ou serviço semelhante; e vagas de emprego no setor público e privado. No entanto, o acesso a esses serviços ainda não é feito de forma desburocratizada, por meio de flexibilização de documentos requeridos ou facilitação no cadastro de currículos, sendo essas ações com potencial de desenvolvimento. Para aprimorar o acesso de migrantes ao mercado de trabalho, o governo local pode estabelecer orientações, fluxos ou protocolos para que sejam adotadas medidas específicas para: desburocratização, assistência legal e administrativa para desenvolvimento do empreendedorismo por migrantes; e para favorecer o acesso de mulheres migrantes ao mercado de trabalho.

Em relação à capacitação, o governo local pode capacitar os servidores para: realizar comunicação com migrantes em diferentes idiomas nos serviços de trabalho e emprego; identificar casos suspeitos de

trabalho em condições degradantes ou análogas à escravidão; e compreender diferenças culturais que podem estar relacionadas ao acesso ao mercado de trabalho por migrantes.

O governo local também pode realizar campanhas e ações informativas voltadas para os públicos migrantes. Essas ações podem abordar e estimular o acesso ao mercado de trabalho por migrantes; capacitar migrantes para o mercado de trabalho (ex.: oficina de currículos, orientação vocacional, cursos de treinamento para negócios, cursos técnicos/profissionalizantes); e sobre acesso ao mercado de trabalho e legislação trabalhista. Preferencialmente, as campanhas e ações informativas devem ser disponibilizadas nos idiomas falados pelas pessoas migrantes, e devem sempre buscar celebrar a diversidade, fortalecer a sensibilidade cultural e coibir qualquer forma de discriminação.

Em relação à produção de dados, é importante que o município colete dados sobre o perfil de acesso ao mercado de trabalho por migrantes e que esses dados sejam passíveis de desagregação por país de origem da pessoa migrante, gênero, idade e raça/etnia. Assim, poderá utilizar os dados para propor fluxos, programas e políticas locais de acesso ao mercado de trabalho.

É recomendado, ainda, o estabelecimen-





ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO

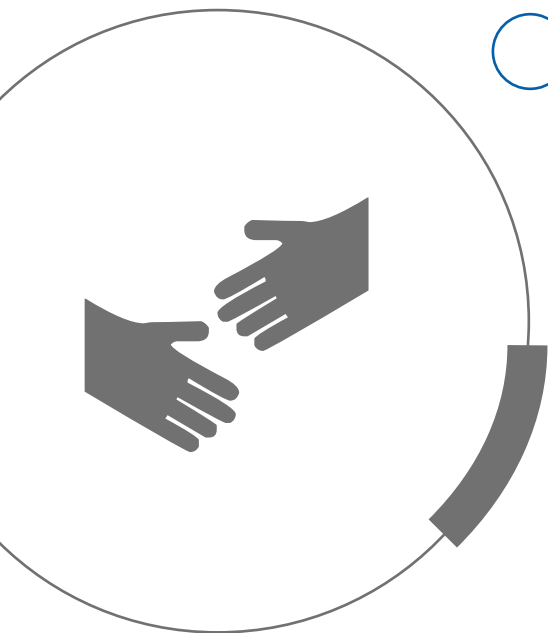


— to de um setor ou referência local que seja capacitado para acolher as demandas de pessoas migrantes e registrar práticas de discriminação e xenofobia nos serviços de acesso ao mercado de trabalho e também nas empresas locais. Esse setor pode trabalhar em conjunto com outros setores e coordenar demandas e ações

com outras secretarias, bem como pode trabalhar em conjunto com associações ou grupos de migrantes.

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.





ACESSO, ACOLHIMENTO E SERVIÇOS DE PROTEÇÃO: GÊNERO, LGBTIQ+ E IGUALDADE RACIAL



Esta dimensão busca compreender se o governo local adota medidas para facilitar o acesso e acolhimento de migrantes mulheres e LGBTIQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, intersexuais, queer) a serviços de proteção, tais como casas de acolhimento, canais telefônicos de apoio e delegacias especializadas, assim como se existem medidas para prevenir e combater a discriminação racial contra migrantes.

O governo local informou que as mulheres e LGBTIQ+ migrantes têm acesso a delegacias especializadas; a casas de acolhimento; e a outros canais de proteção, como números telefônicos de apoio ou iniciativas locais que realizam essa acolhida. O acesso a esses serviços, de acordo com o município, é feito de forma desburocratizada e de modo a garantir o sigilo da pessoa. Para isso, conta com orientações, fluxos e protocolos estabelecidos nos serviços de proteção a migrantes que sofrem violências.

O município destaca que o atendimento a mulheres migrantes que sofrem violência é realizado por meio do Centro Especializado de Atendimento à Mulher – Benvinda. Já o atendimento a migrantes LGBTIQ+ que sofrem violências é realizado pelo Centro de Referência

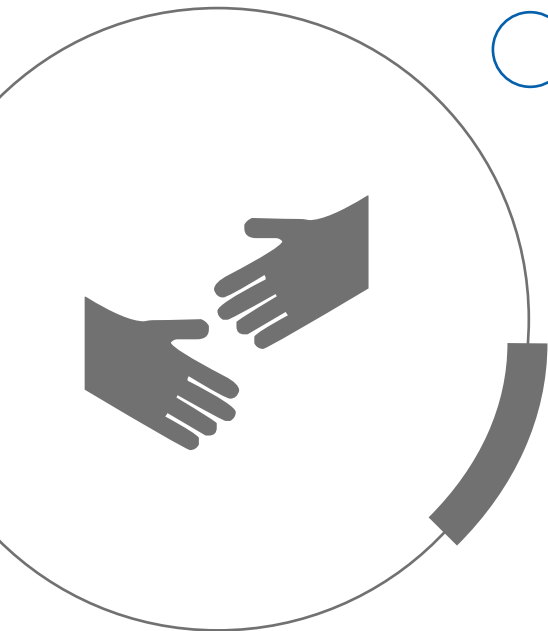
LGBT, uma unidade de atendimento psicossocial e orientação para acesso aos serviços municipais.

Em relação à capacitação, o município indicou que os servidores da área estão capacitados pela gestão para acolher mulheres e LGBTIQ+ migrantes nos serviços de proteção, considerando a dimensão de diversidade cultural. Porém, relatou que ainda não estão capacitados a realizar comunicação com migrantes mulheres e LGBTIQ+ em diferentes idiomas, nem a identificar casos suspeitos de tráfico de pessoas, sendo essas duas áreas com potencial de desenvolvimento.

O governo local destacou que a Subsecretaria de Direitos de Cidadania oferta capacitação permanente para agentes públicos municipais em temáticas de proteção de direitos e combate às discriminações. Mais de 4 mil agentes públicos participam anualmente de atividades de formação em temáticas como: equidade de gênero; violência doméstica; racismo institucional; uso do nome social; direitos de pessoas com deficiência, pessoas idosas, crianças, jovens, mulheres, população LGBTIQ+; e promoção de igualdade racial.

Além de se dedicar a essas duas áreas potenciais, para aprimorar a governança migratória nesta dimensão, o governo local pode realizar campanhas e ações informativas voltadas: à população, que





ACESSO, ACOLHIMENTO E SERVIÇOS DE PROTEÇÃO: GÊNERO, LGBTIQ+ E IGUALDADE RACIAL

— abordem o tema da não-violência, não-discriminação e proteção de mulheres e LGBTIQ+ migrantes; e a mulheres e/ou LGBTIQ+ migrantes, acerca de temas como mecanismos de denúncia de situações de violência, direitos das pessoas migrantes nesse âmbito e serviços de proteção disponíveis. É importante também que o município colete dados sobre acesso a serviços e demandas de proteção de mulheres e LGBTIQ+ migrantes, e que esses dados sejam passíveis de desagregação por país de origem da pessoa migrante, idade e raça/etnia. Os dados coletados podem ser utilizados na construção de orientações, fluxos e protocolos para os serviços de proteção.

No âmbito da proteção de migrantes em relação à violência e à discriminação baseada em raça/etnia, o governo local indicou que as pessoas migrantes têm acesso a delegacias especializadas em crimes raciais e de intolerância. Informou também que foram realizadas, no último ano, ações e campanhas informativas voltadas ao combate do racismo e da xenofobia. No entanto, o município de Belo Horizonte indicou ainda não coletar dados sobre denúncias de racismo e intolerância contra migrantes, sendo essa uma ação com potencial de desenvolvimento. É ideal que esses dados sejam coletados com regularidade, de modo que seja possível a desagregação das informações por país de origem da pessoa migrante, ida-

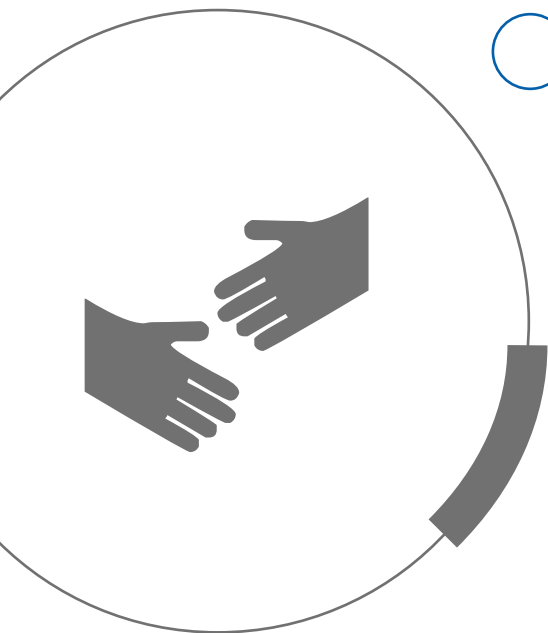
de e raça/etnia. Assim, os dados podem ser utilizados para propor mudanças nos fluxos, programas e políticas do governo local de combate ao racismo e à intolerância contra migrantes.

O município de Belo Horizonte informou que no Conselho Municipal de Promoção de Igualdade Racial (COMPIR) são reservadas 3 vagas para representantes de outros grupos étnico-raciais (israelitas, árabe-palestinos, ciganos ou indígenas). Esse Conselho aprovou por meio da Resolução COMPIR 01/2019, de 10 de dezembro de 2019, o Plano Municipal de Promoção de Igualdade Racial que prevê entre suas ações a criação de Rede Migrante e construção de um plano de trabalho de enfrentamento à discriminação aos migrantes em função de pertencimento étnico-racial e ou de origem nacional.

O município indicou que a “Ouidoria em Direitos Humanos” é o setor responsável por receber, analisar e promover o encaminhamento das denúncias de racismo e xenofobia às áreas responsáveis pela proteção. Essas denúncias podem ser realizadas por meio do disque 156, do portal virtual da ouvidoria (www.pbh.gov.br) e do aplicativo móvel PBH. Esse setor, no entanto, ainda não trabalha em conjunto com outros setores, nem com associações de migrantes, sendo esses aprimoramentos possíveis.

No âmbito da proteção contra violência —





ACESSO, ACOLHIMENTO E SERVIÇOS DE PROTEÇÃO: GÊNERO, LGBTIQ+ E IGUALDADE RACIAL

— contra as migrantes mulheres e LGBTIQ+, o município indicou como responsáveis os seguintes setores: a Diretoria de Políticas de Reparação e Promoção da Igualdade Racial; a Diretoria de Políticas para as Mulheres; o Centro Especializado de Atendimento à Mulher – Benvinda; a Diretoria de Políticas

para a População LGBT; e o Centro de Referência LGBT.

Caso deseje aprimorar essa dimensão, poderá consultar experiências inspiradoras [neste documento](#) e no [banco de boas práticas](#) da Plataforma MigraCidades.





PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL



A partir dos resultados identificados através do Formulário de Diagnóstico, os governos locais foram convidados a indicar as prioridades para elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas relacionadas à migração durante 2022.

Esse exercício foi feito através do preenchimento de uma Matriz de Priorização, que solicitava as seguintes informações para cada proposta prioritária: 1) Dimensão do MigraCidades priorizada; 2) Detalhamento das ações planejadas; 3) Tipo de beneficiários diretos; 4) Objetivo; 5) Justificativa; 6) Efeitos esperados a partir da ação; 7) Meta que se busca alcançar com a ação; 8) Indicadores que serão utilizados para verificar os resultados alcançados; 9) Atores locais envolvidos; 10) Tipo de recursos necessários para implementação.

Como requisito, o governo local deveria incluir no mínimo três e no máximo 5 dimensões priorizadas, sendo necessariamente ao menos uma dimensão de governança institucional e uma de acesso a direitos.





PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL

DIMENSÃO
PRIORIZADA



Estrutura institucional
de governança e
estratégia local



Detalhamento das Ações

Construção de estratégia local de acolhimento e integração de pessoas migrantes.

Tipo de Beneficiários(as) Diretos(as):

() servidores públicos (x) migrantes () outro

Objetivo da ação

Coordenar as ações que são realizadas no âmbito municipal em relação ao atendimento às pessoas migrantes.

Justificativa

O município realiza uma série de ações, contudo, para melhor efetividade, alcance e responsividade é necessário que seja traçada uma estratégia local de atendimento.

Efeitos esperados a partir da ação

Aprimorar as ações existentes, criar novas ações a partir do diálogo com a sociedade civil e coordenar estes esforços no âmbito municipal.

Meta que se busca alcançar com a ação

Criação de Plano de atendimento intersetorial para migrantes em Belo Horizonte.





PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL

DIMENSÃO
PRIORIZADA



Estrutura institucional
de governança e
estratégia local



(cont.)

Quais indicadores serão utilizados para verificar os resultados alcançados?

Plano criado e publicado.

Atores locais envolvidos com a dimensão

Diversas secretarias e órgãos municipais, sociedade civil, entidades e órgãos com atuação na pauta de migração.

Tipo de recursos necessário:

() Financeiros (x) Humanos () Estruturais () Outro(s). Qual(is)?





PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL

DIMENSÃO
PRIORIZADA



Transparência e
Acesso à Informação
para Migrantes



Detalhamento das Ações

Tradução de materiais com informações sobre direitos e deveres das pessoas migrantes.

Tipo de Beneficiários(as) Diretos(as):

() servidores públicos (x) migrantes () outro

Objetivo da ação

Garantir acesso à informação de maneira simplificada.

Justificativa

Apesar de contar com diversos espaços ou materiais de compartilhamento de informação sobre acesso a direitos, a grande maioria dos materiais não estão traduzidos para outras línguas, o que dificulta o acesso à informação.

Efeitos esperados a partir da ação

Promover o acesso aos direitos.

Meta que se busca alcançar com a ação

Disponibilização de um espaço próprio no site da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) sobre políticas públicas para pessoas migrantes e tradução ou mesmo criação de pelo menos um material direcionado em cada área principal de acesso às políticas: educação, saúde, trabalho, proteção e direitos humanos.





PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL

DIMENSÃO
PRIORIZADA



Transparência e
Acesso à Informação
para Migrantes



(cont.)

Quais indicadores serão utilizados para verificar os resultados alcançados?

Página no site criada e pelo menos 5 materiais com tradução em pelo menos duas línguas.

Atores locais envolvidos com a dimensão

Órgãos públicos para a construção, sociedade civil para o direcionamento de quais materiais ou informações são importantes de serem disponibilizadas.

Tipo de recursos necessário:

(x) Financeiros (x) Humanos () Estruturais () Outro(s). Qual(is)?





PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL

DIMENSÃO PRIORIZADA



Acesso, acolhimento e serviços de proteção: gênero, LGBTQ+ e igualdade racial



Detalhamento das Ações

Proteção em Direitos Humanos para pessoas migrantes.

Tipo de Beneficiários(as) Diretos(as):

() servidores públicos (x) migrantes () outro

Objetivo da ação

Estabelecer relação com a estrutura de atendimento às situações de violações de direitos e organismos e entidades da sociedade civil.

Justificativa

O atendimento às situações de violação de direitos humanos, por parte da prefeitura de Belo Horizonte, hoje é feito internamente e com órgãos do sistema de justiça, proteção e segurança, contudo as soluções encontradas não são construídas em conjunto com a sociedade civil.

Efeitos esperados a partir da ação

Produzir sinergia entre os diversos atores e responsividade no trato com questões de violações de direitos.

Meta que se busca alcançar com a ação

Parcerias com associação de migrantes e coletivos na busca do atendimento das pautas.





PRIORIDADES DO GOVERNO LOCAL

DIMENSÃO PRIORIZADA



Acesso, acolhimento e serviços de proteção: gênero, LGBTQ+ e igualdade racial



(cont.)

Quais indicadores serão utilizados para verificar os resultados alcançados?

Ao menos três encontros para escuta e estabelecimento de parcerias.

Atores locais envolvidos com a dimensão

Entidades de migrantes e Organizações da Sociedade Civil que trabalham com a pauta de migração.

Tipo de recursos necessário:

() Financeiros (x) Humanos (x) Estruturais () Outro(s). Qual(is)?



Como citar esse documento:

MIGRACIDADES. Perfil de Governança Migratória Local do Município de Belo Horizonte. Porto Alegre: Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2021.

As opiniões expressas nas publicações da Organização Internacional para as Migrações (OIM) são dos autores e não refletem necessariamente a opinião da OIM ou de qualquer outra organização à qual os participantes possam estar profissionalmente vinculados. As denominações utilizadas no presente relatório e a maneira como são apresentados os dados não implicam, por parte da OIM, qualquer opinião sobre a condição jurídica dos países, territórios, cidades ou áreas, ou mesmo de suas autoridades, nem tampouco a respeito da delimitação de suas fronteiras ou limites.

A OIM está comprometida com o princípio de que a migração segura, ordenada e digna beneficia os migrantes e a sociedade. Por seu caráter de organização intergovernamental, a OIM atua com seus parceiros da comunidade internacional para: ajudar a enfrentar os crescentes desafios da gestão da migração; fomentar a compreensão das questões migratórias; alentar o desenvolvimento social e econômico através da migração; e garantir o respeito à dignidade humana e ao bem-estar dos migrantes.

Editorial

Organização Internacional
para as Migrações (OIM) – Brasil

iombrazil@iom.int

SAS Quadra 05, Bloco N, Ed. OAB, 3º Andar
Brasília-DF - 70070-913

CHEFE DE MISSÃO DA OIM NO BRASIL
Stéphane Rostiaux

Expediente técnico

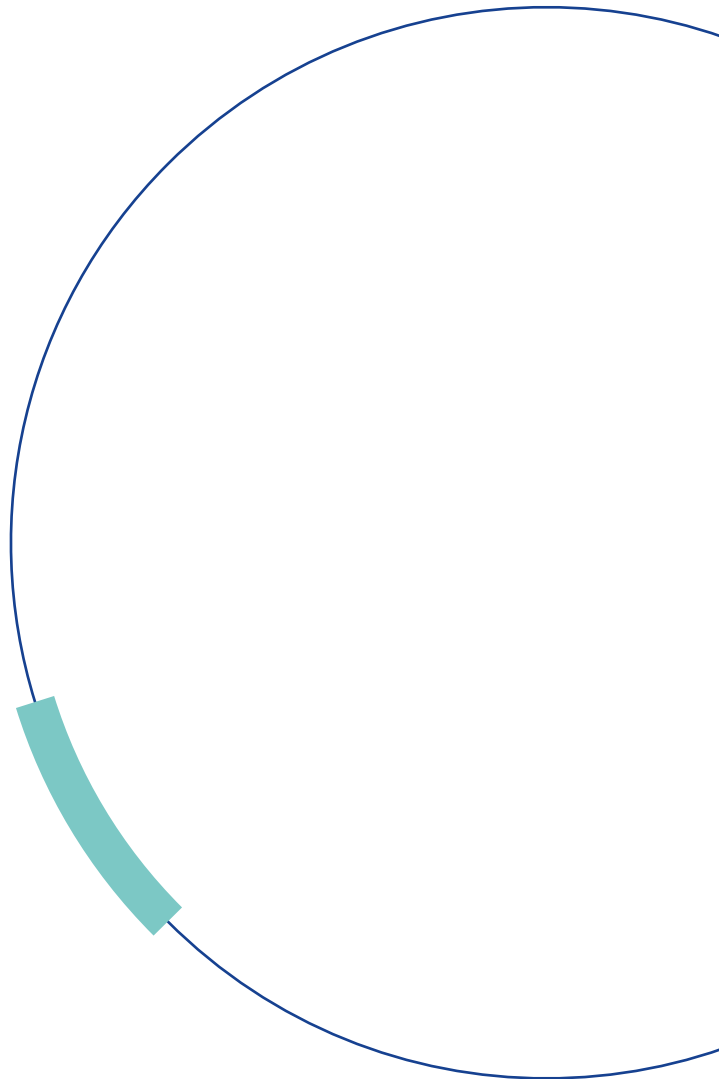
COORDENAÇÃO
Isadora Steffens
Marcelo Torelly
Roberta Baggio
Verônica Gonçalves

ANÁLISE
Ana Laura Anschau
Anelise Dias
Bárbara Simões
Isabella Dourado

© Organização Internacional para as Migrações (OIM)

Esta publicação não foi editada oficialmente pela OIM.

Essa publicação foi emitida sem endosso da Unidade de Publicações da OIM (PUB).



Parceria

